



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT
Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação – CTPII

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO
– CTPII

EXERCÍCIO DE 2021.

Abertura: Aos 20 dias do mês de abril de 2021, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros: o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, **Paulo César Rezende de Carvalho Alvim**, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, como Presidente; o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, **General Waldemar Barroso Magno Neto**; o Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos do MCTI, **Marcelo Gomes Meirelles**, da Secretaria de Estruturas e de Projetos – SEFIP, além de contar com a presença virtual dos seguintes convidados: os membros da Finep: Alexandre Kiyoshi Tanaka – Assessor da Presidência, Alberto Dantas – Diretor de Inovação, André Luz de Godoy – Diretor da Diretoria Administrativa, Felipe A. Caetano de Bastos – Assessor da Presidência, Marcelo Silva Bortolini de Castro – Diretor de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Mariana Vidal – Superintendente da Área de Gestão Financeira da Finep, Rafael Ansaloni Fortes – Superintendente de Planejamento, e Rodrigo Molinari Mello – Departamento de Contabilidade do FNDCT, além dos servidores do MCTI: Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI, Yuri Rafael Della Giustina, Coordenador-Geral de Governança de Fundos – CGGF, Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF, Lilian Rose Peters, Coordenadora de Monitoramento e Informações – COMON (Substituta), Elenice Teresinha Thomas Carvalho – Assistente Técnico/COGEF e Sílvia Cássia da Silva da CGGF. O Presidente da Câmara Técnica, Sr. Paulo Alvim iniciou a reunião sugerindo que a Câmara Técnica delibere apenas acerca do limite de 256 milhões como teto de equalização do ano de 2021, e que os demais itens, sejam discutidos após a definição do orçamento final do FNDCT. Na sequência, o Sr. Marcelo Gomes Meirelles, da Secretaria de Estruturas e de Projetos – SEFIP, informou que ocorreram algumas solicitações do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações de modo a equacionar e reduzir os valores não reembolsáveis dos gastos com equalização, visto que estava ocorrendo um impedimento do Ministério em investir em ciência e tecnologia, gastando muitos recursos com a questão de inovação. Na sequência, o Sr. Marcelo Meirelles faz algumas exposições, informando que efetivamente existe uma parcela grande de recursos não reembolsáveis que são comprometidos todo o ano, com o pagamento de equalização. Voltou a frisar sobre o pedido realizado pelo Sr. Ministro, de que sejam feitos ajustes a fim de diminuir os recursos gastos com equalização e que caso os recursos do PLP 135 não sejam considerados, no ano de 2021, de 510 milhões do valor do não reembolsável, mais de 50% serão destinados para pagar a equalização. Ao retirar a parcela de equalização, despesa operacional e taxa de administração, restam 30% para a realização de chamadas públicas a serem aplicados em políticas de ciência e tecnologia. Considerando que mais de 200 milhões já estão comprometidos com o ano anterior, com estas taxas de equalização apresentadas pela FINEP, se torna algo inviável. Em suma, informou que a partir da solicitação realizada pelo Sr. Ministro, entende que, mantendo-se as taxas de equalização colocadas na reunião anterior, não atenderá a demanda solicitada, independentemente se será aprovada ou não. Informou ainda, que a proposta apresentada pela Finep referente à redução de 3% na taxa de administração não atende às necessidades do Ministério. Em seguida, o Sr. Waldemar Barroso da Finep cumprimentou os presentes e informou que quando a proposta sobre o limite de 90% foi apresentada no momento da elaboração da Portaria MCTI 1.819/20, poderia

ocorrer de a equalização ser maior que a TJLP, mas que tal fato não ocorre mais, contribuindo para a diminuição do uso de equalização, complementou informando que essa solução foi mantida na proposta atual, com algumas modificações, onde houve a aplicação de um percentual maior para empresas menores, ao invés das empresas maiores. O Sr. Paulo Alvim esclareceu que a equalização deveria abranger somente as empresas de menor porte e informou ainda que a Finep vinha praticando equalização para empresas de maior porte, ocasionando um impacto muito significativo. Informou também, que ao longo do tempo, ocorreram algumas distorções e essas situações acabaram comprometendo os recursos não reembolsáveis. O Sr. Marcelo complementou as informações expostas pelo Sr. Alvim e informando que quando as discussões da Câmara Técnica foram iniciadas, algumas premissas foram tratadas: taxa de captação muito alta, taxa de empréstimo das operações reembolsáveis seria a captação TJLP mais *spread*, e que nas primeiras reuniões realizadas, foram estabelecidos alguns parâmetros de que o *spread* fosse reduzido de 5% para algo em torno de 3,5% e conseqüentemente, houvesse uma equalização dentro da TJLP que seria atraente, mas que não fosse uma equalização que levasse a 100% da TJLP. Anteriormente, estes valores chegavam a mais de 110%. Frisou que isto estava sendo utilizado de diversas formas para empresas de grande e pequeno porte e que a equalização realizada pela Finep não é a mesma da praticada pelo Tesouro Nacional, e isto inviabiliza a capacidade de realizar políticas públicas em ciência e tecnologia, como por exemplo a realização de chamadas públicas e subvenção. Voltou a mencionar a solicitação realizada pelo Sr. Ministro sobre a redução dos valores da equalização e informou que já estão trabalhando há dois anos nesta questão e não conseguem encontrar uma alternativa viável. Com a palavra, o Sr. Waldemar Barroso informou que quando esta demanda foi apresentada para a Câmara Técnica, a instrução era para que se fizesse uma redução. Mencionou que foram realizadas estimativas, com a taxa de 5%, por exemplo, ao longo de 10 anos, onde poderia ocorrer uma economia de 270 milhões de reais quando trazidos à valor presente. Ao final, solicitou que fosse exposta com mais clareza a orientação dada pelo Sr. Ministro, a fim de que seja feito um estudo estimativo com foco naquilo que foi efetivamente solicitado. Na sequência, o Sr. Paulo Alvim informou que a proposta apresentada pela Finep ainda não atende a expectativa do Ministério e no momento, não é possível deliberar. Informou que quando foi realizada a primeira reunião da Câmara Técnica, existia simulações com situação de aumento e não de diminuição. Na ocasião da reunião, o Conselheiro Marcelo ponderou que deveria haver redução, foi colocado como orientação na primeira reunião. O Sr. Paulo Alvim apresentou duas situações: a primeira é que ocorra orientação visando a redução do impacto da equalização na utilização de recursos não reembolsáveis, e a segunda é a de que as propostas apresentadas pela Finep não atendem a expectativa dos Conselheiros que representam o Ministério e com base nisso, ainda não existe condições de apreciação da proposta apresentada pela Finep. Os conselheiros aguardarão a revisão da proposta apresentada e que a mesma, efetivamente, tenha impacto na redução ao longo dos 10 anos. O Sr. Meirelles concordou com a não deliberação neste momento, considerando as situações já expostas. O Sr. Johnny da DGI sugeriu que, para ocorrer a deliberação do plano anual, a Câmara Técnica precisa deliberar sobre o teto para equalização, o teto para aplicação de subvenção e os parâmetros de equalização. Com base nisso, e considerando a possibilidade de ocorrer mudanças no orçamento e a falta de consenso dos Conselheiros sobre o assunto em pauta, sugeriu que a Câmara Técnica discuta estes assuntos previamente à marcação das reuniões, com uma rodada de conversas. O Sr. Paulo Alvim concordou com as contribuições apresentadas e informou que a Câmara Técnica precisa deliberar sobre alguns tópicos, dentre eles o de que a taxa praticada atualmente não reduziu dentro da expectativa que o Ministério tinha no uso de equalização e esta é uma das atribuições da Câmara Técnica. Ressaltou que cabe à Câmara Técnica ter a responsabilidade pelo acompanhamento, e que o esforço que foi feito o ano passado para tentar reduzir o impacto, não surtiu o efeito esperado. Outro ponto destacado é que as novas propostas apresentadas nesta reunião pela Finep, no entendimento dos conselheiros representantes do MCTI, ainda não atendem, pois a preocupação do Ministério é a redução do impacto da equalização no longo prazo. Com base nisso, solicitou à Finep a apresentação de uma proposta que efetivamente demonstre esse impacto. O Sr. Paulo Alvim informou que os valores apresentados têm como base o orçamento de 510 milhões e aprovar os valores apresentados, dentro da perspectiva de que um orçamento na integralidade pode ser aprovado, tende a ser algo arriscado. Em seguida, o Sr. Waldemar Barroso informa que quando a proposta inicial foi apresentada, foi demandada uma nova proposta, com aproximações sucessivas. Com as projeções apresentadas pela Finep haverá uma economia de 181 milhões de reais em 10 anos, e 271 milhões de reais em 10 anos, quando trazidos à valor presente. Informa que esta reunião foi solicitada nos mesmos

moldes, visando a possibilidade de se realizar as simulações e definir quais os parâmetros exigidos. Informa também que poderá ser realizado um trabalho preliminar visando atingir o objetivo que foi demandado e que é possível trabalhar previamente e que é necessário realizar ajustes para se chegar a um consenso. O Sr. Alvim informou acerca do orçamento não reembolsável no valor de R\$ 3.566.82 milhões para o ano de 2021 e para os anos futuros 50% dos recursos do FNDCT para recursos não reembolsáveis. Informou que é necessário definir uma estratégia de quanto será comprometido dos recursos não reembolsáveis para a equalização e qual a economia a ser atingida. Prosseguiu falando que esta reunião é uma reunião de discussão, e que a proposta apresentada para ser discutida ainda não atende as orientações do Sr. Ministro de redução do impacto da equalização dos recursos do FNDCT e que a Câmara Técnica ainda continuará conversando até chegar ao ponto desejado. O Sr. Marcelo Meirelles informou que em caso de alteração do orçamento do FNDCT, poderá haver uma pressão dos potenciais usuários dos recursos não reembolsáveis. Informou que a redução proposta é pequena, em face dos recursos reembolsáveis e que é necessário aguardar os valores orçamentários. Complementou falando que a LC 177 não transformou o FNDCT em um fundo financeiro, diferentemente do que foi publicado em notas, não gerando os efeitos esperados. Questionou quanto irá sobrar de possibilidades de realização de políticas públicas para o MCTI no não reembolsável do FNDCT nessas condições? O Sr. Johnny com a palavra, esclareceu que com essa nova modelagem em que o FNDCT se transformou, o valor do reembolsável irá subir e as discussões tratadas na Câmara Técnica precisam ser bem avaliadas e analisadas. Prosseguindo, o Sr. Alvim informou que alguns números da Finep comprometem o desempenho, o custo operacional da carteira da Finep é alto e se ela se caracterizar apenas como uma operadora de recursos não reembolsáveis, poderá ocorrer questionamentos, vindo a ser um grande desafio, visto que a Finep é uma empresa pública e não pode ocorrer que uma parte destinada aos recursos de políticas públicas seja utilizado para pagar equalização, e que o Brasil precisa de mais ciência. Esclareceu que se trata de um desafio significativo e que a solução não é fácil, no entanto, existe uma diretriz vinda do Sr. Ministro, que é a redução do impacto da equalização. A equalização consome recursos do fomento não reembolsável da ciência e tecnologia e existe uma priorização na questão de ciência e tecnologia. Informou ainda ser necessária uma reflexão para a redução desse impacto, que atualmente está na casa de 11%, devendo haver uma estratégia para reduzir o percentual de equalização ao longo do tempo. O presidente da Câmara Técnica Paulo Alvim, solicitou à Finep a apresentação de uma proposta que contemple a redução dos impactos da equalização sobre a disponibilidade dos recursos não reembolsáveis do FNDCT para discussão antes da deliberação dos Conselheiros da Câmara Técnica. Finalizando, o Sr. Waldemar Barroso, informou que os valores calculados para um cenário de até dez anos, podem ser revistos e a Finep seguirá as orientações definidas. Após as discussões, o presidente da Câmara Técnica, Sr. Paulo César Rezende de Carvalho Alvim agradeceu a presença de todos, reafirmou e deu por encerrada as discussões.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

Presidente da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação

GENERAL WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO

Membro - Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

MARCELO GOMES MEIRELLES

Membro da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Meirelles, Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos**, em 06/05/2021, às 15:44 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO (E), Usuário Externo**, em 07/05/2021, às 10:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Secretário de**



Empreendedorismo e Inovação, em 10/05/2021, às 14:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **7197359** e o código CRC **637F9114**.

Referência: Processo nº 01250.002499/2017-67

SEI nº 7197359